

Trajetórias da pequena produção agropecuária em Cuiabá - Mato Grosso

Pathways of small agricultural production in Cuiabá - Mato Grosso

*Onélia Carmem Rossetto*¹

*Jocenaide Maria Rossetto Silva*²

Resumo: Em trezentos anos de formação territorial, o município de Cuiabá revela em sua paisagem diferentes momentos históricos, onde aspectos do novo e do velho se confundem, demonstrando diversas ruralidades. Em cada período, a pequena produção agropecuária foi sendo desenvolvida por atores sociais diferentes: indígenas, africanos, brancos pobres, comunidades tradicionais, agricultores familiares assentados ou não pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e comunidades remanescentes de quilombos, revelando assim, sua pluralidade. Diante desse fato, busca-se, no presente artigo, descrever algumas características da pequena produção agropecuária no município de Cuiabá em dois momentos históricos: nos primórdios da formação territorial e na atualidade. Tais grupos têm como característica a resiliência, pois resistiram ao longo do tempo adotando novas roupagens e buscando manter seu modo de vida, cultura material e imaterial, aceitando as inovações e adaptando-se às exigências da modernidade, porém, perderam a autonomia na decisão do seu próprio destino, pois, encontram-se cada vez mais dependentes do mercado capitalista.

Palavras-chave: Pequena Produção Agropecuária. Cuiabá-MT. Comunidades Tradicionais. Assentamentos Rurais.

1 Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestre em Educação - Linha de Pesquisa Educação e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso (1997) e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS, linha de pesquisa Política e Gestão Ambiental (2004).

2 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso, curso de História. Doutora em História Social (PUC/SP) e Mestre em Educação (UFMT). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Interface: História, Museologia e Ciências Afins. Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros (HIS/ICHS/CUR/UFMT).

Abstract: In three hundred years of territorial formation, the municipality of Cuiabá reveals in its landscape different historical moments, where aspects of the new and the old get mixed, showing various ruralities. In each period, small agricultural production was developed by different social actors: indigenous people, Africans, poor whites, traditional communities, family farmers settled or not by the National Agrarian Reform Program and remnant quilombo communities, thus revealing their plurality. Given this fact, this article seeks to describe some characteristics of small agricultural production in the municipality of Cuiabá in two historical moments: in the early days of territorial formation and today. Such groups are characterized by resilience, as they resisted over time adopting new clothes and seeking to maintain their way of life, material and immaterial culture, accepting innovations and adapting to the demands of modernity, but they lost their autonomy in deciding their own destiny, therefore, are increasingly dependent on the capitalist market

Keywords: Small Agricultural Production. Cuiabá-MT. Traditional Communities. Rural Settlements.

I - Introdução

A produção do espaço geográfico mato-grossense resultou de um processo marcado pela busca de metais preciosos, principalmente do ouro e, também, pela captura de indígenas, a fim de escravizá-los. Nesse contexto, Oliveira (2011) destaca que o deslocamento das práticas sertanistas para o interior do Brasil ocorria tanto por vias terrestres quanto por vias fluviais, como correlato, foi impulsionado o plantio de roças às margens dos rios e nos caminhos de terra.

Segundo o referido autor, não é possível precisar quando foram formadas as primeiras espacialidades rurais luso-americanas, entretanto, elas garantiram o abastecimento da empresa sertanista, e, ao mesmo tempo, funcionaram como fonte de lucro para os roceiros, uma vez que muitas delas eram mantidas pelos braços dos ameríndios, submetidos ao regime de trabalho compulsório. Com a introdução da mão de obra escrava africana, a pequena produção agropecuária se manteve como fonte de alimentos para habitantes dos engenhos de açúcar e aguardente, fazendo-se presente em todos os demais ciclos econômicos pelos quais passou o estado de Mato Grosso.

Em cada momento histórico, as práticas agropecuárias foram sendo desenvolvidas por atores sociais diferentes: indígenas, africanos, brancos pobres, comunidades tradicionais, agricultores familiares assentados ou não pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e comunidades remanescentes de quilombos, revelando a pluralidade das formas de manejo das roças adaptadas às condições espaciais e temporais.

Assim, diante da diversidade da pequena produção agropecuária, busca-se no presente artigo descrever algumas de suas características no âmbito do município de Cuiabá, em dois momentos históricos: nos primórdios da formação territorial, por meio de pesquisa bibliográfica nas fontes, a saber: *Annaes do Sennado da Camara do Cuiabá 1719-1830*

(SUZUKI,2007); *Monografias Cuiabanas* (CORRÊA FILHO, 2002); *Cuiabá - Estudo de Geografia Urbana* (AZEVEDO, 2010) e no atual momento histórico através de fontes bibliográficas contemporâneas.

É necessário ressaltar que o texto não tem a pretensão de seguir uma cronologia histórica, apenas reúne fragmentos que evidenciam a presença da pequena produção agropecuária, o que possibilita a compreensão do seu papel e das identidades que desenharam parte das paisagens de Cuiabá em trezentos anos de formação territorial.

II - Pequena produção agropecuária de outrora

Durante as viagens percorrendo os rios, os bandeirantes já observavam algum cultivo atribuído aos indígenas. O fragmento de texto destaca o plantio de cabaças, demonstrando a prática do cultivo de espécies utilizadas como utensílios domésticos:

[...] correndo os tempos, continuando aquelles aventureiros as suas conquistas, chegaram a navegar o rio Paraguay, descendo uns pelo Coxim, outros pelo Matetêu e pelo Cahy, que sahem ambos das mesmas Vaccarias, e entrando pelas grandes bahias que acompanham as margens deste rio foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos archivos da memoria[...], Divertidos aquelles portuguezes com estas gentes e fertilidade das terras, adonde se colhem os fructos sem plantar[...] passavam as vidas, annos e annos, até que subiram o rio Cuyabá, assim chamado por acharem em suas margens cabaças plantadas pelo gentio, de que faziam cuias para seus usos. ANNAIS DO SENADO DA CÂMARA DE CUIABÁ, 2007, p. 46).

Segundo Oliveira (2011) mesmo antes da efetiva exploração aurífera, já eram desenvolvidas atividades produtivas objetivando a subsistência dos sertanistas. As roças nas margens dos rios eram comuns, porque as expedições costumavam parar por algum tempo e os escravos, indígenas

ou não, costumavam cultivar algumas espécies utilizadas para alimentação do grupo.

O autor registra que, a partir de 1716, com a descoberta do ouro no rio Coxipó-mirim, afluente do rio Cuiabá, formaram-se ambientes rurais distribuídos ao longo dos rios que levavam às minas e aos povoados. Em cada parada, novas vilas surgiam, principalmente onde era registrada a presença de ouro ou de outro metal precioso e, junto com as moradias, surgiam roças, conforme relatado quando da implantação de São Gonçalo Velho em 1719:

Neste pouso e primeiro descoberto deixou o capitão a bagagem e seguiu rio acima até o lugar chamado hoje Forquilha; ahi achou o gentio, em quem fez suas presas com bastantes mostras de ouro em botopuis e outros enfeites e buscando os companheiros com elles desceu a fazer pouso no lugar de São Gonçalo Velho, a que chamavam aldeia velha. Ali formaram seu arraial para tomarem descanso, cantando a victoria que alcançaram contra a pobreza e fadigas de suas largas peregrinações, dando uns aos outros parabens por suas fortunas [...]. Alli se foram arranchando, fazendo casas e lavouras pelas margens do mesmo rio Coxipó e Cuyabá acima, extincta uma aldeia que se achava no lugar que é hoje o Porto do Borrvalho. (Ibidem, p. 47).

As roças que porventura eram abandonadas continuavam produzindo, mesmo quando não tinham qualquer manejo, portanto, é comum na historiografia a menção do retorno para tais áreas:

No mez de Outubro deste ano [1722] fez Miguel Sutil, natural da villa de Sorocaba, viagem para uma roça que havia principiado a beira do Cuyabá, lugar que depois foi sitio de Manoel dos Santos Ferreira, depois do padre João Alves Torres, á quem comprou Luciano de Souza Moreira e á este D. Lucrecia de Moraes Siqueira e hoje se acha reduzida a tapéra. Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719 – 1830. (Ibidem, p. 49).

Em 1723, chegou a Cuiabá uma carta do guarda-mor Paschoal Moreira Cabral, ordenando que fosse realizada arrecadação do ouro, dízimos e tudo que gerasse renda no povoado. Naquele momento se sobressai o registro da fome, pela ausência de roças e pela incipiente prática da pesca:

Chegaram as gentes de povoado este anno com as fazendas podres, pois não sabiam ainda toldar as canôas; morreram á fome muitos pelo caminho, faltou o milho em toda esta povoação, as gentes vivendo de montaria; não faltava quem dêsse um negro por quatro alqueires de milho para remir as vidas e pelo não ver expirar á fome, que todas as horas se viam ir a enterrar, principalmente dos que de novo chegaram de povoado. Não havendo ainda pescadores, nem o uso de pescar no rio Cuyabá, por acaso algum que o fazia vendia um dourado por quatro ou cinco outavas de ouro. Comprou Joaquim Pinto um jahú no Porto Geral por uma quarta de ouro, fêl-o em postas e veiu vendel-o pelas lavras, em que dobrou a parada. Sabendo-o os deputados confiscaramlhe os bens para pagar o quinto a El-Rei do negocio que havia feito. (Ibidem, p. 51).

Em 1725, devido aos constantes ataques indígenas, foi registrada a dificuldade do transporte de produtos oriundos principalmente de São Paulo, que não eram fabricados no povoado, é relatada também, a escassez dos frutos da terra e seus altos preços:

[...] Chegou podre e conssumida pelo que houve nesta Povoação, falta de tudo, tanto de fora, como de frutos da terra, chegou se a dar por hum frasco de sal 40/8s de ouro, e para Baptizar algum innocente andavão a procurar quem tinha alguma pedra de sal, que remediasse, e por falta della senão Baptizavão alguns.. - Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719 – 1830. (Ibidem, p. 53).

A crise se torna mais severa com o declínio das minas do Cuiabá e das roças que alimentavam a população. Em

1726, registrou-se o aumento dos impostos, mas também doença e fome.

[...] Entrou o Povo com isto a bromar as Minas em consternação sem lavra alguma de conta mais, do que as faisqueiras já exbulhadas; erão tudo mizerias, queixas, e lamentos; a terra falta de mantimentos por faltarem as rossas, que brotavão os milhos espigas sem gram algum, as doenças actuaes, os que escapavão dellas, não escapavão da fome, asim que tudo hera gemer, chorar e morrer. (Ibidem, p. 56).

Em 1733, chega no povoado o sargento-mor Abreu e outros, deixando roças plantadas e “[...] apregoando grandezas das minas com bastantes amostras, que trousserão tiradas já da Chapada de Sam Francisco Xavier que causou grande alvoroso no Povo (Ibidem, p. 63). Em 1734, chegou outra monção ao povoado com cerca de quatrocentos homens e tinham o objetivo de “[...] invadir os Payagoas por ordem de S. Magestade, e do General da Cidade de São Paulo”. Cada homem que se alistava tinha que pagar de acordo com o posto que ocupava, contudo, as roças não podiam ser colhidas até que deixassem o povoado.

[...] e logo lhes faziam pagar o custo dellas, humas a des moedas, outros a oito, e outros atantas dobras, conforme o posto que na patente se declarava, e nesta forma vinhão os pobres homens a dar o dinheiro que tinhão para seos aviamentos pellas patentes e fazer viagem a Divina Providencia: esta foi ajuda de custo, que se lhes deo para a viagem, mandou El Rey fazer a guerra a custa da sua fazenda. Logo nesta chegada quizerão muitas pessoas fazer viagem para Mato Grosso, a colher as rossas que lá havião deixado do anno antecedente, publicouse mando, para que ninguem sahisse do termo da Villa para parte nenhuma antes de sahir a armada debaixo de grandes penas, o que asim se executou, e logo lhes faziam pagar o custo dellas, humas a des moedas, outros a oito, e outros atan-

tas dobras, conforme o posto que na patente se declarava, e nesta forma vinhão os pobres homens a dar o dinheiro que tinham para seos aviamentos pellas patentes e fazer viagem a Divina Providencia: esta foi ajuda de custo, que se lhes deo para a viagem, mandou El Rey fazer a guerra a custa da sua fazenda. Logo nesta chegada quizerão muitas pessoas fazer viagem para Mato Grosso, a colher as rossas que lá havião deixado do anno antecedente, publicouse mando, para que ninguem sahisse do termo da Villa para parte nenhuma antes de sahir a armada debaixo de grandes penas, o que assim se executou. (Ibidem, p. 63).

Corrêa Filho (2002, p. 149) registra que, com o declínio da mineração, no final do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira realizou uma excursão científica e concluiu que, entre as causas estava o desvio dos trabalhadores das minas para outras atividades, afirmando que “[...] dos pretos de serviço, uns são destinados a cultura do milho, do arroz e do feijão, outros para o engenho de rapadura, outros para o de cachaça etc.”. Portanto, a diminuição dos trabalhadores dedicados à exploração aurífera interferia na produtividade do minério.

A estratégia de direcionar trabalhadores das minas para o cultivo das roças ocorria, segundo o mesmo autor, para “[...] reduzir as despesas averbadas à conta da subsistência do pessoal, empregando parte dos seus escravos na lavoura, cujos produtos deste modo lhes entravam pelos paióis a preços mais reduzidos (2002, p. 151). Todavia, o regime de trabalho anterior era considerado mais produtivo porque “[...] todos tiravam ouro e dele pagava o mineiro a farinha, feijão, e outros gêneros que compravam aos roceiros” (Ibidem, p. 146).

O fragmento de texto ressalta uma divisão entre as duas categorias de trabalhadores: os mineiros, que se ocupavam da extração do ouro, e os roceiros, que se ocupavam da agricultura como correlato, ambos obtendo lucro nas atividades que exerciam.

Azevedo (2010) pesquisou a área urbana de Cuiabá em 1953 e registrou aspectos relevantes da ruralidade presente naquele momento. Em relação às atividades ocupacionais, 20.252 habitantes exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes; 1.824 trabalhavam nas indústrias de transformação, sendo que apenas 8.066 trabalhavam na agricultura, pecuária e silvicultura.

Mais de 50% da população do município era analfabeta, condição que predominava na zona rural, com 11.932 analfabetos e 6.089 alfabetizados. Na época, Cuiabá tinha 30.000 habitantes e seu abastecimento era realizado em dois mercados: o Central e o do Peixe. No mercado central eram vendidos cereais, como arroz, feijão, milho e farinha (de milho e de mandioca) que procediam de localidades do próprio município: Machado, Guia, Buritizal, Engenho etc. e dos municípios de Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento Poconé, Rosário Oeste e Rondonópolis.

As tropas de bois de carga transitavam pelas ruas da cidade e sob o dorso carregavam duas bruacas recobertas de folhas verdes para impedir a saída dos cereais. Os produtos eram vendidos de forma apressada, porque não havia bebedouros para os animais no pátio do mercado central. Registra-se também que, ao lado dos bois de carga, existiam os caminhoneiros que concorriam com eles por transportar grande volume e por cobrar preços menores do que os tropeiros. Destacou ainda Azevedo (2010) que os bois de carga seriam fadados a desaparecer:

Os tropeiros deveriam pagar a administração do mercado um montante de 5% da venda. Um lavrador, possuindo uma plantação de cerca de sete alqueires e sendo auxiliado pelos membros de sua família, pode conseguir um lucro bruto de 20 000 cruzeiros anuais (Ibidem, p. 60).

O autor ressaltou também o papel das comunidades ribeirinhas na segurança alimentar da população urbana de Cuiabá. As hortaliças procediam de áreas situadas a ju-

sante do rio Cuiabá, ou seja, rio abaixo e, em alguns casos, provinham também do montante (rio acima), procedentes das comunidades de Pai André, Pari, São Gonçalo, Bom Sucesso, Sovaco, entre outras: “[...] constituindo verdadeira cultura de vazante, são os meses de inverno (junho e agosto) os de maior produção” (AZEVEDO, 2010, p. 52). A referida produção agrícola era transportada pelo rio Cuiabá e vendida na região do seu Porto.

Dentre os principais fatores de mudanças na pequena produção agropecuária e comércio à partir das décadas de 1940 e 1950 foram as construções das estradas e às políticas federais de ocupação e colonização do Centro-Oeste brasileiro.

Azevedo (2010), registra também que a carne bovina consumida provinha da “própria região cuiabana” (Ibidem, p. 52) e os miúdos, vendidos para população mais pobre, eram transportados em carrinhos conduzidos por vendedores ambulantes. O leite procedia de estabelecimentos denominados localmente de leiterias e eram distribuídos por meninos montados a cavalo. Devido à escassez da produção local, resultado da má qualidade das pastagens, o abastecimento leiteiro era um problema sério para a cidade. O açúcar procedia de Santo Antônio de Leverger, embora também viesse de São Paulo, sendo que os gêneros alimentícios, denominados de “estiva,” vinham também de São Paulo ou de Goiás, pelas rodovias.

As populações ribeirinhas viviam da pesca e da agricultura, e sua produção era comercializada junto ao porto do rio Cuiabá, onde chegavam de madrugada, junto com o peixe. Neste local também era vendida rapadura, lenha e hortaliças procedentes do rio acima e do rio abaixo: tomate, couve, rabanete, feijão-fava, pimentão, quiabo, cebolinha. Tais produtos abasteciam os carrinheiros que, depois, os revendiam:

São cultivadas essas hortaliças, ao mesmo tempo da vasante, entre a margem do rio, marcada por uma espécie de dique marginal, e a baixada que se

lhe segue, antes de alcançar o limite do leito maior. Em retângulos muito bem preparados, as culturas recebem os cuidados desses hortelões, que nada ficam a dever aos portugueses ou japoneses que se dedicam ao mesmo mister nos arredores da capital paulista. No período da enchente (Verão), as terras veem-se invadidas pelas águas e as culturas passam a ocupar os trechos altos, até onde as águas do rio não chegam. Com a descida das águas, as baixadas enriquecidas pelos sedimentos depositados pelo rio passam, de novo, a ser cultivadas. (AZEVEDO, 2010, p. 63).

Os ribeirinhos, em geral, eram proprietários das terras e tinham vida comunitária, uma vez que as propriedades não tinham cerca que as dividissem, viviam com laços de parentesco e afinidade, representando um setor importante para a base econômica do município de Cuiabá e revelando traços culturais peculiares que se mantêm na tradição cuiabana.

III - Pequena produção agropecuária contemporânea

A pequena produção agropecuária de Cuiabá, outrora praticada de forma autônoma pelas comunidades ribeirinhas, está hoje classificada na categoria denominada *Agricultor Familiar* (grifo nosso) conceituado pelo artigo 3º da Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: o trabalhador rural que atende, ao mesmo tempo, aos seguintes critérios: (I) não detenha área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais; (II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e

(IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Em Cuiabá, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA, um módulo fiscal equivale a 30 hectares (BRASIL, 2019) portanto, os estabelecimentos de agricultura familiar correspondem a uma área de 120 hectares. As informações sobre as características da pequena produção agrícola familiar são precárias, Rossetto (2015) ressalta que pouco se sabe sobre a base econômica, as relações sociais de produção, a situação fundiária e ambiental, as dificuldades enfrentadas pelos remanescentes de quilombos, por extrativistas, por pequenos agricultores autônomos, por agricultores pescadores profissionais artesanais e assentados pela reforma agrária.

O Programa Nacional de Reforma Agrária e a intensificação dos movimentos sócio territoriais conduziram à redistribuição de terras através da criação dos assentamentos rurais, onde se concentra a pequena produção agropecuária. No município de Cuiabá se localizam cinco assentamentos da reforma agrária geridos pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT (Tabela 1).

Tabela 01 - Assentamentos geridos pelo Instituto de Terras de Mato Grosso -INTERMAT localizados no Município de Cuiabá

Nome do assentamento	Nº de Lotes	Titulação
PE Serra das Laranjeiras	22	Não
PE Pai Joaquim	99	Não
PE Pedra Noventa	477	Parcial
PE Tucum	81	Parcial
PE Conquista	25	Não
TOTAL	704	-

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

Não existem assentamentos de Reforma Agrária geridos pelo INCRA no município de Cuiabá, contudo, registram-se

assentamentos administrados pelo município e nas modalidades Projeto Casulo, Banco da Terra e Crédito Fundiário, totalizando 1.002 lotes de assentados, que constam na Relação dos Beneficiários da Reforma Agrária – RB.

Tab. 02 - Total de Assentamentos/Projetos e lotes registrados na Relação de Beneficiários da Reforma Agrária - RB - Município de Cuiabá-MT

Descrição	Total de projetos	Total de lotes em RB
Nº de assentamentos do INCRA (federal)	0	0
Nº de assentamentos do INTERMAT (estadual)	5	704
Nº de Projetos Casulo (assentamento municipal)	1	35
Nº de Projetos Banco da Terra	1	169
Nº de Projetos de Crédito Fundiário (PNCF)	7	94
Total	14	1002

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

Na modalidade de Projeto de Reforma Agrária, o Projeto Casulo-PCA foi criado pelo INCRA e se desenvolveu em parceria com as prefeituras municipais, por meio da obtenção de imóveis com capacidade para abrigar acima de 15 (quinze) famílias, no formato de lotes individuais rurais que obedecessem a fração mínima do parcelamento de até 4 (quatro) módulos fiscais referentes ao município de localização. Tal modalidade visou o desenvolvimento de atividades agroecológicas, com exploração de produtos hortigranjeiros, frutigranjeiros, floricultura com utilização de tecnologia social para agricultura familiar.

Camargo, Mussoi e Cazella (2005) analisam as modalidades Banco da Terra e do Crédito Fundiário, registrando que o Banco da Terra teve seu funcionamento iniciado em 1998, porém, suspenso em 2003. Seu objetivo principal foi o de fornecer créditos para o agricultor adquirir terras e investir em infraestrutura básica. Poderiam ser beneficiados os trabalhadores rurais não proprietários e com, no mínimo,

5 anos de experiência na atividade rural, bem como proprietários cuja área não alcançasse a dimensão da propriedade familiar. Os proponentes deveriam possuir 80% da renda bruta familiar provinda das atividades agropecuárias e não poderiam ter restrições cadastrais junto ao agente financeiro. Após receber o financiamento, o beneficiário teria até 20 anos para saldar sua dívida, incluídos três anos de carência, com juros que variavam de 6 a 10% ao ano.

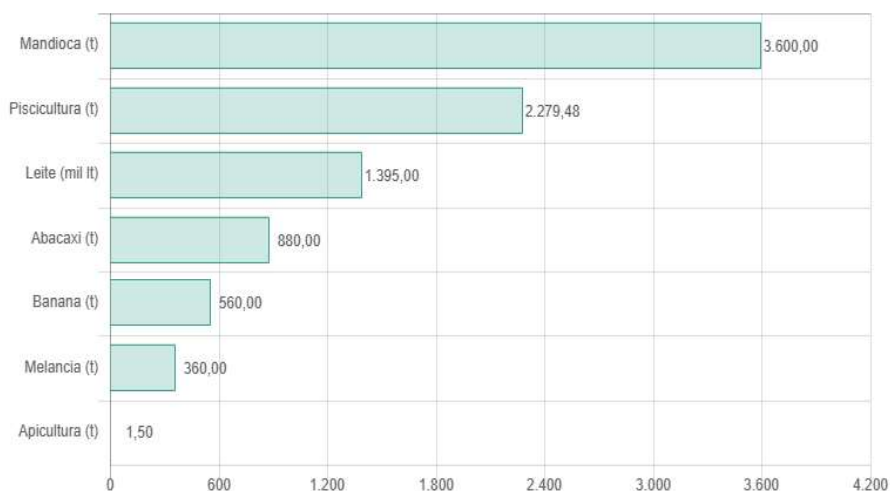
O Programa de Crédito Fundiário é semelhante ao Banco da Terra, e dentre as características homogêneas destacam-se: o prazo do financiamento, que também era de 20 anos, com três de carência, sendo o limite de crédito de 40 mil reais, devendo a propriedade continuar sendo garantia. No que concerne às condições de financiamento, os autores ressaltam que há uma significativa diferença, uma vez que, enquanto no Banco da Terra o agricultor arcava com todas as despesas, no Crédito Fundiário os recursos para implantação da infraestrutura e dos projetos produtivos (habitação, energia, rede de água, perfuração de poços, assistência técnica, financiamento para implantação inicial da atividade rural a ser explorada, bem como a manutenção da família durante os primeiros seis meses do projeto, entre outros) não eram reembolsáveis.

As diferentes denominações de assentamentos rurais são apenas estratégias utilizadas pela política nacional de reestruturação e regularização fundiária. Nos assentamentos rurais, a pequena produção agropecuária se desenvolve mediante incentivos determinados pela Política Nacional da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

Em relação à produção agropecuária, a Figura 1 demonstra que a mandioca, a piscicultura e a produção leiteira são as principais atividades que caracterizam a economia

da agricultura familiar contemporânea no município de Cuiabá.

Figura 01 - Agricultura Familiar - Produtos e volume total da produção - Cuiabá /MT - 2015



Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

Atualmente, a população denominada “ribeirinha” por Azevedo (2010) em 1950, integra as comunidades tradicionais do município de Cuiabá, conceituados pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais enquanto:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 1).

A Comunidade Tradicional de São Gonçalo Beira Rio foi fundada no século XVIII e está até hoje localizada na margem esquerda do rio Cuiabá, próxima à barra do rio Coxipó, no Distrito do Coxipó da Ponte. Sua pequena produção agropecuária pode ser registrada pela presença de pequenas hortas e criação de galinhas, entretanto, a principal atividade econômica é a pesca profissional artesanal

e a atividade de extrativismo da argila acumulada às margens do rio Cuiabá e nas várzeas, que é transformada em cerâmicas, confeccionadas principalmente por mulheres.

Segundo Romancini (1994; 2005), a comunidade São Gonçalo Beira Rio mantém intensas atividades culturais, dentre elas a cerâmica artesanal e os instrumentos musicais: viola de cocho, tamborim ou mocho e o ganzá, que acompanham as danças do siriri, cururu e de São Gonçalo.

Santos *et. al.* (2015, p. 10) pesquisaram os quintais da referida comunidade, visando identificar as principais espécies cultivadas e concluíram que:

[...] o estrato arbóreo dos quintais locais é representado por árvores como a mangueira (*Mangifera indica* L.), o gonçaleiro (*Astronium fraxinifolium* Schott) e a seriguela (*Spondias purpurea* L.) entre outras. No estrato arbustivo, estão presentes a laranjeira (*Citrus aurantium* L.), o limoeiro (*Citrus limonum* L.) e a acerola (*Malpighia glabra* L.). O estrato herbáceo é representado, sobretudo, por hortaliças como o coentro (*Cichorium endivia* L.), a salsa (*Petroselinum sativum* Hoffm.) e a cebolinha (*Allium fistulosum* L.). [...] Na comunidade São Gonçalo Beira Rio foram observadas espécies com diversificação de usos, sendo distribuídas nas diferentes etnocategorias de usos, como, alimentícias, medicinais, ornamentais, proteção, madeireiro e sombreamento. As três principais foram: alimentação humana, com 31,25% das citações, seguida da medicinal, com 30,11% e da ornamental, com 29%.

O conhecimento tradicional sobre o uso das plantas é amplo e transmitido entre as gerações, sendo que a utilização das plantas como remédio resultam no alívio para afecções que se manifestam no cotidiano das comunidades. Os resultados da referida pesquisa permite concluir que as espécies cultivadas nos quintais produtivos são direcionadas para subsistência, uso medicinal e embelezamento das moradias, não havendo preocupação com a comercialização.

O Distrito de Nossa Senhora da Guia é uma comunidade tradicional localizada cerca de 30 quilômetros de Cuiabá, cuja origem remonta ao período da mineração, século XVIII, quando alguns mineradores formaram um pequeno povoado que sobrevivia da extração aurífera. Segundo Alencastro (1993), a comunidade se destacou por muito tempo como um dos celeiros de mercadorias que mantinham a capital por meio de “[...] plantações de cana-de-açúcar, de onde se tirava o melhor açúcar do Império, além das culturas de mandioca, milho, algodão fiado, e tecido nos próprios sítios, e, até mesmo, do fumo [...]” (ALENCASTRO, 1993, p. 34).

Atualmente, as plantações de cana e mandioca fornecem matéria-prima para a produção de rapadura e de farinha de mandioca, comercializadas nas feiras de Cuiabá. Pesquisa realizada por Bertoldo (2012) registra a presença da pecuária bovina em pequeno porte, destinada à subsistência e, também, a presença da grande propriedade pecuarista que emprega mão de obra local. Através de depoimentos da população, a autora registra a presença de uma mineradora que impede o exercício do garimpo em pequena escala, de forma autônoma, e de propriedade privada que limita a área destinada a roças e ao próprio garimpo.

Também no grupo das comunidades tradicionais destacam-se as remanescentes de quilombos, denominadas Aguassú, Coxipó-Açú e São Geronimo (Quadro 1).

Quadro 01 - Total de Comunidades Quilombolas e condição legal dos Territórios - Município de Cuiabá-MT.

Comunidade Quilombola	Certificada pela Fundação Palmares	Território Quilombola regularizado
Aguassú	Sim	Não
Coxipó-Açú	Sim	Não
São Gerônimo	Sim	Não

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), regulamenta os procedimentos necessários à “[...] identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003) de que trata a Constituição Brasileira de 1988, legitimando o direito de as terras de quilombos serem reivindicadas juridicamente, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988). Todavia, a leitura do quadro revela que todas as comunidades quilombolas localizadas no município de Cuiabá são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, embora, nenhuma esteja regularizada enquanto território quilombola.

As características da pequena produção agrícola contemporânea revelam sua institucionalização através de normativas legais, porém, tais prerrogativas pouco contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos diferentes atores sociais, que são, de certa forma, invisíveis para o Estado porque há fragilidade de informações e precariedade de políticas públicas voltadas para as suas necessidades.

IV - Considerações Finais

Em trezentos anos de formação territorial, o município de Cuiabá revela em sua paisagem diferentes momentos históricos, onde aspectos do novo e do velho se confundem, apresentando diversas ruralidades através das comunidades tradicionais, dos remanescentes de quilombos e dos agricultores familiares.

Tais grupos têm como característica a resiliência, pois resistiram ao longo do tempo, adotando novas roupagens e buscando manter alguns aspectos do seu modo de vida, cultura material e imaterial, aceitando as inovações e adaptando-se às exigências da modernidade, contudo, perderam a autonomia na decisão do seu próprio destino pois, encontram-se cada vez mais dependentes do mercado capitalista. A indústria doméstica, onde os saberes eram passados entre

as gerações, é quase inexistente, tal fato contribui sobremaneira, para o esquecimento dos elementos culturais.

Da mesma forma, as relações de solidariedade e compadrio, baseadas na confiança onde a terra era utilizada de forma coletiva não mais integram a agricultura familiar. A cada dia, a grande propriedade ou empresa, contribui para a subordinação dos agricultores familiares, integrando-os ao mundo globalizado, quiçá, tenhamos ainda daqui a trezentos anos, reminiscências das comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas e da agricultura familiar camponesa.

Referências

ALENCASTRO, Aníbal. *Freguezia de Nossa Senhora da Guia*. Várzea Grande/MT: Fundação Júlio Campos, 1993.

AZEVEDO, Aroldo. *Cuiabá: Estudo de Geografia Urbana*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2010 (Publicações Avulsas n.73).

BERTOLDO, Sandra Regina Franciscatto. *Investigação dialetológica no distrito Nossa Senhora da Guia: análise semântico-lexical de bamburro, tacuru e bateia*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRASIL. *Lei nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em maio, 2019.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -INCRA. *Tabela de Módulos Fiscais em Mato Grosso*. Disponível em: <http://sistemafamato.org.br/portal/famato/arquivos/planilha-de-modulos-fiscais-em-MT.pdf>. Acesso em maio, 2019

BRASIL. *Decreto Nº 6.040*, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em maio, 2019

BRASIL. *Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em maio, 2019

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em fevereiro, 2019.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros Marion; CAZELLA, Ademir Antônio. *Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro*. XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Disponível em: <http://sober.org.br/palestra/2/555.pdf>. Acesso em junho, 2019.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, n. 59).

SANTOS Mamede *et al.* Os Quintais e as Manifestações Culturais da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá-MT. *Biodiversidade*, 14(1), 2015

SUZUKI, Yumiko Takamoto. *Annaes do Sennado da Camara do Cuiabá: 1719-1830*. [Transcrição e organização]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

MATO GROSSO. *Agricultura Familiar –SEAF/MT*. 2016.

Disponível em: <https://agriculturafamiliarmt.firebaseio.com/#plataforma>. Acesso em: 20 de junho, 2019

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). São Paulo. *Revista de História*, n. 164, p. 161-194, 2011.

ROMANCINI, Sônia Regina. *Educação Ambiental – Cultura Popular*. (Monografia de Especialização). Cuiabá: IE – UFMT, 1994.

ROMANCINI, Sônia Regina. Paisagem e simbolismo no Arraial Pioneiro São Gonçalo em Cuiabá/MT. Rio de Janeiro. *Espaço e Cultura*, n. 19-20, p. 81-87, 2005.

ROSSETTO, Onelia Carmem. Faces da Agricultura Familiar Camponesa nas Microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra - Mato Grosso – Brasil. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SILVA, Tania Paula da. (Orgs.) *Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso*. Campo Grande, MS: EdUFMS, 2015.